

# Repasse de carga tributária cresceu em 2015

Camila Maia  
De São Paulo

Em um ano em que as empresas do setor elétrico sofreram com o forte crescimento da inadimplência e a queda do consumo, como consequência dos altíssimos reajustes tarifários, mais da metade do faturamento do setor elétrico foi destinado ao pagamento de tributos e encargos.

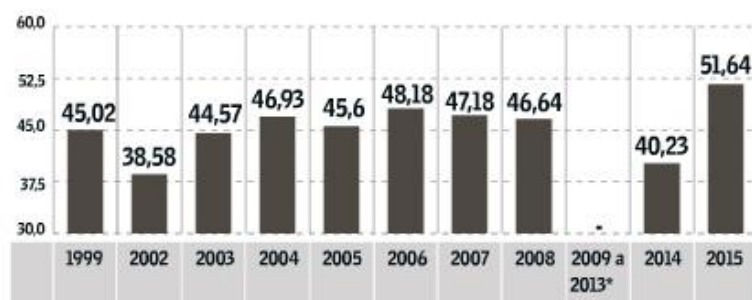
Um levantamento feito pela PricewaterhouseCoopers (PwC) em parceria com o Instituto Acende Brasil, obtido com exclusividade pelo **Valor**, mostrou que a carga tributária paga no setor somou R\$ 88,1 bilhões em 2015, 51,64% da receita operacional bruta total do setor no ano passado, que somou R\$ 170,7 bilhões.

Isso significa que, do total pago pelos consumidores nas contas de luz, mais da metade não foi referente à energia. O percentual foi muito maior que o de 2014, quando os tributos e encargos representaram 40,23% do faturamento do setor. Isso aconteceu devido ao fim dos aportes do Tesouro, que ajudaram a subsidiar as contas de energia em 2014 — ano eleitoral.

“Tudo isso reverte-se em ônus pagos pelos consumidores. É um problema do setor, em que as coisas são colocadas olhando-se

## Peso dos impostos

A carga tributária sobre o setor de energia elétrica atingiu um índice recorde em 2015



Fonte: PwC e Instituto Acende Brasil. \*O período de 2009 a 2013 será objeto de estudo complementar

Competência	Carga sobre a receita
Federais	14,36 p.p.
Estaduais	21,87 p.p.
Municipais	0,02 p.p.
Encargos setoriais	15,39 p.p.
Total	51,64%

benefícios específicos, sem levar em conta os malefícios que serão pagos por todos”, afirmou Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

O estudo considerou as demonstrações financeiras de 45 empresas dos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia, que representam aproximadamente 70% do total desses mercados. Foi contabilizada a receita operacional bruta total apurada pelas empresas de distribuição de energia que fizeram parte da amostra, uma vez que elas representam o faturamento final aos consumidores de energia. Como a distribuição é a porta de entrada dos recursos no setor, isso evitou que outras recei-

tas, como as da tarifa fio, fossem contabilizadas mais de uma vez.

O maior peso na carga tributária paga no setor é o do ICMS, imposto estadual. As alíquotas dos estados variam, mas a média encontrada pelo levantamento foi de 21,87% em relação ao faturamento das empresas. Segundo Sales, isso demonstra um problema causado pela chamada guerra fiscal. Para atrair indústrias, os estados oferecem isenção ou incentivos fiscais para determinados investimentos. Já o ICMS incidente sobre o consumo residencial de energia elétrica fica sempre com alíquotas superiores a 20%. A maior alíquota é a do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, de 30% em 2015.

Os encargos federais aboca-

nham 14,36% do faturamento do setor. Já os municipais ficam com apenas 0,02% do total.

Foram os encargos setoriais os principais responsáveis pelo aumento do peso dos tributos em comparação com o faturamento das companhias de energia.

Em 2014, representavam 5,64% da receita operacional bruta. Em 2015, esse percentual subiu para 15,39%. Sozinha, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) representa 12,63% do total faturado. A CDE é um encargo setorial que possui diversos objetivos, como custear a geração de energia nos sistemas isolados, pagar indenizações de concessões e conceder descontos tarifários a consumidores de baixa renda.

O orçamento da CDE saltou de R\$ 1,471 bilhão em 2014 para R\$ 21,574 bilhões em 2015. Isso porque, em 2014, a política de subsídios prevista na legislação foi coberta com aportes do Tesouro. O mesmo não aconteceu no ano passado, e os custos foram rateados por todos os consumidores, que bancam o encargo em suas contas de energia.

“Os impostos são regressivos e perversos, porque penalizam mais os consumidores de menor renda”, disse [Sales](#). Todos acabam pagando os impostos diversas vezes, uma vez que a energia é um insumo básico, e o custo é repassado dentro de outros setores.

Segundo Sérgio Bento, especialista em tributação da PwC e um dos responsáveis pelo estudo, a energia é um insumo e aumentar o imposto nesse segmento ajuda a aumentar a arrecadação em outros setores também. “O Estado enxerga isso como uma ferramenta de fácil arrecadação, por alcançar com facilidade a maior parte da população”, disse Bento.

O potencial que o Brasil tem de competitividade no setor elétrico também acaba sendo pressionado por esse cenário. “A despeito do seu potencial, o Brasil só vai ter energia como fator de competitividade quando houver alteração na tributação”, disse [Sales](#).